

**Processo Eleitoral Unificado para Escolha de Conselheiros Tutelares-CMDCA.
BARUERI – 2020-2023**

PROVA DE CONHECIMENTOS

Caderno de prova

Leia as Instruções

- 1- Confira seu caderno de prova.
- 2- Este caderno contém 40 questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 40. Para cada questão são apresentadas cinco alternativas (letras A, B, C, D e E), havendo apenas uma que responde à questão proposta corretamente, exceto em uma das questões, na qual a resposta deverá ser escrita pelo próprio candidato.
- 3- Caso este caderno esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 4- A FOLHA DE RESPOSTAS, que será entregue pelo fiscal durante a prova, é o único documento válido para correção das questões objetivas expostas neste caderno. Não danifique a folha, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
- 5- Na FOLHA DE RESPOSTAS, a marcação das letras correspondentes às suas respostas deve ser feita com caneta, de modo visível. Assinale apenas uma resposta. Marcações rasuradas, emendadas, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla, não serão consideradas. O preenchimento é de sua inteira responsabilidade.
- 6- A duração total da prova objetiva e dissertativa é de 4 horas, incluindo o tempo destinado para sua identificação que será no decorrer da prova e ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Reserve, no mínimo, os 20 minutos finais para preencher a Folha de Respostas. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento ou término da resposta.
- 7- Você deverá permanecer em sala, obrigatoriamente, por no mínimo uma hora após o início da prova. Você poderá levar SOMENTE a folha de rascunho com suas anotações.
- 8- O gabarito da prova objetiva será disponibilizado no dia subsequente à prova.
- 9- Não se comunique com outros candidatos, não consulte nenhum material, e nem se levante sem autorização do fiscal de sala que o acompanhará no que for necessário.
- 10- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue o CADERNO DE PROVA E A FOLHA DE RESPOSTAS e deixe o local de prova.
- 11- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no edital e nesse presente caderno poderá implicar na anulação da sua prova.

NOME LEGÍVEL: _____

PROCESSO SELETIVO PARA O CONSELHO TUTELAR DE BARUERI
PROVA DE CONHECIMENTOS SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- 1- A competência aplicada ao Conselho Tutelar é a mesma do Juiz da Infância e da Juventude ou do Juiz que exerça essa função. Com relação aos casos de ato infracional:
 - A) será competente o Conselho Tutelar onde reside os pais ou responsável.
 - B) será competente o Conselho Tutelar onde ocorreu a ação ou omissão.
 - C) será competente o Conselho Tutelar do domicílio indicado pela criança ou adolescente .
 - D) será competente o Conselho Tutelar do domicílio dos pais/responsável e o de onde ocorreu ação ou omissão .
 - E) Nenhuma das alternativas

- 2- Sobre o poder familiar pode-se afirmar :
 - A) será exercido prioritariamente pela mãe.
 - B) será exercido pelo pai, com a colaboração da mãe.
 - C) será exercido exclusivamente pela mãe .
 - D) será exercido em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe na forma que dispuser a legislação civil.
 - E) Será exercido pelo pai, na condição de provedor da família.

- 3- Toda criança e adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada no máximo a cada _____ meses e a permanência no programa não se prolongará por mais de _____ meses.
 - A) 6 meses/24 meses
 - B) 8 meses/18 meses
 - C) 3 meses/18 meses
 - D) 8 meses/24 meses
 - E) 2 meses/12 meses

- 4- Plínio, solteiro, 30 anos de idade, engenheiro naval e com boa situação financeira pretende adotar seu irmão Fabio, de 12 anos de idade.

De acordo com os requisitos para adoção:

- A) não poderá adotar porque é solteiro
- B) dependerá do consentimento de Fábio colhido em audiência.
- C) não poderá adotar porque é irmão
- D) poderá adotar, mediante parecer técnico a ser feito pelo Conselho Tutelar.
- E) poderá adotar porque é irmão, desde que concorde.

- 5- De acordo com o artigo 25, do ECA, a família natural é a comunidade formada:
- A) Pelos parentes próximos com os quais a criança e o adolescente convivem e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
 - B) Pelos parentes com vínculo consanguíneo.
 - C) Qualquer deles e seus irmãos.
 - D) Pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
 - E) Pais, padrastos ou madrastas, tios e avós.
- 6- Tiago e Maria são professores e têm uma filha com 6 anos de idade. Foram ao Conselho Tutelar de Barueri porque não querem matricular a filha, pois entendem que por serem professores, podem ministrar as aulas para a filha em casa. Com base no ECA, qual seria a orientação do conselheiro?
- A) Até os 11 anos de idade a criança pode ser educada em casa, desde que sob supervisão dos pais e acompanhamento do Conselho Tutelar.
 - B) A filha poderá estudar em casa, desde que autorizado pelo Conselho Tutelar e comunicado ao Juiz da Infância Juventude.
 - C) Os pais deverão obter autorização na Secretaria de Educação, sendo imprescindível que a criança apresente bom rendimento de aprendizagem.
 - D) Os pais têm obrigação de matricular a filha na rede regular de ensino.
 - E) O professor, devidamente qualificado, pode educar os filhos em casa.
- 7- Hospitais e demais estabelecimento de atenção à saúde de gestantes, públicos ou privados são obrigados a:
- A) Realizar exame de DNA visando ações futuras de investigação de paternidade.
 - B) Manter o registro das atividades desenvolvidas através de prontuários individuais pelo prazo de 18 (dezoito) anos.
 - C) Identificar o recém-nascido com o nome e declaração de paternidade do genitor para fins de registro de nascimento.
 - D) Fotografar o recém-nascido com a mãe, arquivando em prontuário individual.
 - E) Nenhuma das alternativas.
- 8- O poder familiar pressupõe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores. Diante da falta de recursos materiais para cumprir tal dever, o juiz poderá:
- A) Colocar a criança/adolescente para adoção por família com melhores condições.
 - B) Suspender o poder familiar e determinar o acolhimento institucional dos filhos.
 - C) Aplicar advertência aos pais e na continuidade do descumprimento do dever, pena de 3 de reclusão.
 - D) A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.
 - E) Determinar que a Assistência social do município insira os pais no mercado de trabalho.

9- O artigo 18, do ECA, dispõe que é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

No parágrafo único, inciso II, tratamento cruel ou degradante é conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou adolescente que:

- A) Humilhe, ameace gravemente e ridicularize.
- B) Cause lesão física, tortura e pressão psicológica.
- C) Oprime, humilhe e cause lesão física.
- D) Ameace gravemente, pressão psicológica e tortura.
- E) Nenhuma das alternativas.

10- Ao dispor sobre a convivência familiar e comunitária, o ECA determina que:

- A) A medida protetiva de acolhimento institucional de caráter provisório e excepcional, uma vez aplicada impede o retorno da criança ao convívio com a família de origem
- B) os filhos adotivos não terão os mesmos direitos e qualificações dos filhos biológicos, salvo determinação judicial dispondo o contrário.
- C) será garantida a convivência da criança e adolescente com a mãe ou pai privado de liberdade, por meio de visitas promovidas pelo responsável, ou quando em acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.
- D) O Conselho Tutelar determinará a suspensão do poder familiar quando constatado que os genitores castigam imoderadamente seus filhos.
- E) O acolhimento institucional de crianças e adolescentes deve ser priorizado para garantir melhor acompanhamento social.

11- As medidas de proteção são aplicadas sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados:

- A) por ação ou omissão da sociedade e do Estado
- B) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável
- C) em razão de sua conduta
- D) todas as alternativas estão corretas.
- E) Nenhuma das alternativas.

12- Gabriel e Juliana viveram em união estável e possuem uma filha com 5 anos de idade. Estão separados há um ano e João nos últimos 3 meses deixou de pagar a pensão alimentícia e raramente visita a filha, pois constituiu nova família. Maria vem cumprindo com muita dificuldade a responsabilidade que o poder familiar lhe exige e por essa razão, procurou Conselho Tutelar com o objetivo de obrigar o pai a pagar a pensão alimentícia da filha.

Qual providência deverá ser tomada pelo conselheiro?

- A) notificar o genitor determinar que pague a pensão
- B) Orientar Maria para que procure um advogado a fim de regularizar a situação judicialmente.
- C) estabelecer dias e horários de visita do pai e avaliar se o valor da pensão é coerente com as necessidades da criança.
- D) chamar o casal e fazer acordo, determinando a responsabilidade de cada um, em documento que ficará arquivado no Conselho Tutelar.
- E) providenciar a colocação de crianças em família extensa, até que o casal resolva a questão.

13- O direito à liberdade previsto no artigo 16, inc. I a VII, compreende quais aspectos?

- A) opinião, opção sexual e escolher carreira profissional
- B) orientação sexual, crença e criar associação.
- C) participar de manifestações, abrir uma empresa e culto religioso.
- D) frequentar qualquer espaço público ou privado, escolher profissão e participar de partido político.
- E) brincar, praticar esportes e divertir-se.

14- Adolescente de 16 anos foi apreendido por populares em flagrante de ato infracional e encaminhado imediatamente ao Conselho Tutelar, com os produtos roubados. Qual providência deverá ser tomada pelo Conselheiro Tutelar?

- A) repreender o adolescente e entregá-lo aos pais ou responsável.
- B) devolver os objetos ao proprietário e aconselhar o adolescente a não cometer tais atos e mandá-lo para casa.
- C) encaminhar o adolescente para a autoridade policial.
- D) encaminhar o adolescente para avaliação e acompanhamento psicossocial.
- E) encaminhar imediatamente ao Juiz da Infância e Juventude.

15- A medida de internação poderá ser aplicada quando por motivo de ato infracional com grave ameaça ou violência e ainda:

- A) tráfico de entorpecentes.
- B) por reiteração no cometimento de outras infrações graves.
- C) por reiteradas faltas escolares e desobedecer a orientação dos pais.
- D) pelo abandono escolar, uso de drogas e andar com más companhias.
- E) pela prática de estelionato.

16- Sobre a adoção, segundo o parágrafo 2º, do art. 46, do ECA:

- A) a guarda de fato exige pelo menos 120 dias de convivência.
- B) a simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa do estágio de convivência.
- C) em caso de adoção somente os residentes no exterior devem cumprir o estágio de convivência.

D) em caso de adoção, o estágio de convivência deverá ser de no mínimo 12 meses, com acompanhamento da equipe técnica do judiciário.

E) Nenhuma das alternativas.

17- Conforme o artigo 2º, do ECA, é correto afirmar que:

A) criança é toda pessoa até 12 anos de idade completos.

B) adolescente é toda pessoa de 11 a 18 anos incompletos.

C) criança é toda pessoa com 12 anos incompletos.

D) adolescente é toda pessoa até 21 anos incompletos.

E) criança é a pessoa com 0 até 11 anos completos.

18- O artigo 33, do ECA, dispõe que a guarda:

A) obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

B) pode ser requerida no Conselho Tutelar, devendo preencher os requisitos previstos na Lei, quanto ao dever de garantir os direitos da criança e do adolescente.

C) poderá ser concedida à pessoa que já está com a criança ou adolescente há pelo menos 12 meses, confirmada pelo conselheiro tutelar, que expedirá o termo de responsabilidade.

D) somente será concedida a um dos genitores em caso de separação do casal, podendo ser requerida no Conselho Tutelar.

E) somente será concedida a quem a criança ou adolescente escolher.

19- O Conselho Tutelar é acionado pela delegacia de polícia para que seja feita a entrega de um adolescente apreendido aos pais, pois não fizeram o contato com a família. O conselheiro busca o adolescente na delegacia e o entrega aos pais. Esse procedimento é:

A) atribuição do Conselho Tutelar, pois se trata de menor de idade.

B) colaboração entre os órgãos, prática que deve ser priorizada, visando o imediato acompanhamento do adolescente e família.

C) competência do Conselho Tutelar representar o adolescente em caso de ato infracional, mesmo quando os pais se fizerem presentes.

D) responsabilidade do Estado porque os pais não são obrigados a buscar filho que cometeu ato infracional.

E) ato privativo da autoridade policial, conforme os artigos 174 e 231, do ECA

20- Tratando-se de uma REQUISIÇÃO expedida com base no artigo 136, devidamente cumprida as formalidades necessárias, a autoridade pública descumpriu injustificadamente a requisição do Conselho Tutelar. Sobre essa questão:

A) o Conselho Tutelar não tem poder para obrigar o cumprimento de ações por outros órgãos.

- B) a requisição do Conselho Tutelar tem sentido de ordem de autoridade e se descumprida, o agente público comete infração administrativa, prevista no artigo 249, do ECA.
- C) as requisições do Conselho Tutelar terão validade, somente quando endossadas pelo Juízo da Infância e Juventude.
- D) Somente terão validade quando endossadas pelo Ministério Público.
- E) Nenhuma das alternativas.

21- O artigo 130, do ECA, trata das hipóteses de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, estabelecendo que:

- A) as mães não serão afastadas da moradia, mesmo quando estas forem responsáveis ou contribuir para o ato.
- B) a criança ou adolescente será afastada da moradia, como medida cautelar determinada pela autoridade judiciária.
- C) verificada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual, o juiz poderá determinar como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.
- D) o afastamento da moradia comum somente ocorrerá se houver meios para o sustento da família sem a participação do agressor.
- E) O afastamento dos pais ou responsáveis autores somente ocorrerá após a conclusão do processo.

22- O artigo 47, do ECA, dispõe que o vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

Marque V ou F e assinale a alternativa correta:

- () o mandado judicial, que será arquivado, cancelará o registro original do adotado.
- () a sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido deste, poderá determinar a modificação do prenome.
- () a alteração do registro civil poderá ser feito após decorridos 180 dias.
- () terão prioridade de tramitação os processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica.

- A) F,V,V,F
- B) V,V,F,V
- C) F,F,V,V
- D) V,V,V,V
- E) F, F, F, V.

23- O artigo 28, parágrafo 2º, do ECA, determina que em caso de colocação em família substituta será obrigatório o consentimento colhido em audiência, caso seja maior de:

- A) 11 anos
- B) 10 anos

- C) 08 anos
- D) 09 anos
- E) 12 anos

24- De acordo Com o artigo 208, do ECA, que dispõe sobre o direito à educação, regem-se pelas disposições desta lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referente ao não oferecimento ou oferta irregular de:

Marque V ou F e assinale a alternativa correta:

- () ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
 - () acesso às ações e serviços de saúde.
 - () formação religiosa nas escolas de ensino fundamental
 - () escolarização e profissionalização dos adolescentes privados de liberdade.
- A) F, F, V, F
 - B) V, V, V, F
 - C) V, V, F, V
 - D) V, F, F, V
 - E) F, F, V, V

25- Conforme o artigo 117, parágrafo único, do ECA, a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade compreende:

- A) na realização de tarefas gratuitas em igrejas e instituições de assistência a crianças, adolescentes e idosos, por no mínimo 1 ano.
- B) o adolescente não pode ser obrigado pelo judiciário a prestar serviços à comunidade sem receber remuneração, conforme resolução do Ministério do Trabalho.
- C) na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por um período que não pode ser maior que seis meses.
- D) na obrigatoriedade de fazer serviços em espaços públicos da comunidade onde o adolescente reside, pelo período de 12 meses.
- E) na realização de serviços de qualquer natureza, conforme determinação de órgão executor.

26- Os amigos Roberto, com 18 anos de idade, Marcio, com 16 e Adriano, com 11 anos, roubaram uma farmácia e foram apreendidos em flagrante.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) Roberto e Marcio praticaram ato infracional e responderão a procedimento junto a Vara da Infância e Juventude, podendo ser aplicada, para ambos, medidas socioeducativas.
- B) Marcio e Adriano praticaram ato infracional e responderão a procedimento junto a Vara da Infância e Juventude, podendo ser aplicada, para ambos, medidas socioeducativas.

- C) Roberto, Adriano e Marcio serão processados criminalmente pelos seus atos, caso fique demonstrado que todos quiseram praticar o roubo e já possuíam plena capacidade de entender o caráter ilícito do ato.
- D) Adriano praticou ato infracional e será encaminhado ao Conselho Tutelar, estando sujeito às medidas protetivas.
- E) Roberto poderá responder em liberdade, Márcio e Adriano deverão cumprir internação na Fundação Casa.

27- As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:

- A) pelo colegiado do CMDCA, mediante informação ao Ministério Público
- B) pela autoridade judiciária
- C) pela autoridade policial
- D) pela secretaria de governo à qual o Conselho Tutelar está vinculado
- E) pelo Ministério Público

28- Paulo, professor de uma escola particular, percebe que o aluno Patrick, com 11 anos, apresenta manchas pelo corpo e ao conversar com o aluno, toma conhecimento de que a criança é vítima de maus tratos provocados pela madrasta. Nesse caso, conforme disposto no artigo 245 e considerando o artigo 13, do ECA, o professor está obrigado a informar o caso:

- A) ao Conselho Tutelar.
- B) ao Ministério Público.
- C) ao Juízo da Infância e Juventude
- D) ao diretor da escola
- E) ao CMDCA.

29- De acordo com o artigo 131, do ECA, o Conselho Tutelar é órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Marque a alternativa correta sobre o Conselho Tutelar:

- I. O Conselho Tutelar tem como atribuição representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- II. Os Conselhos Tutelares são órgãos federais com a finalidade de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes.
- III. O conselheiro possui autonomia absoluta em relação a qualquer órgão judicial.
- IV. A requisição de certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes quando necessário, é atribuição do Conselho Tutelar.

- A) I e IV são verdadeiras
- B) I e II somente são verdadeiras
- C) III e IV são falsas
- D) I, II e III são verdadeiras
- E) I, II, III e IV são falsas.

30- No que se refere ao Conselho Tutelar, assinale a alternativa correta:

- A) ao Tribunal de Contas local caberá encaminhar ao Poder Executivo proposta orçamentária anual com previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.
- B) Lei Estadual disporá sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar.
- C) o exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constitui serviço público relevante e presume idoneidade moral.
- D) em cada comarca haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante do Poder Judiciário Estadual
- E) por ser órgão federal, as normas de funcionamento são definidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

31- A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção antes ou logo após o nascimento, segundo o artigo 19-A, do ECA, será encaminhada para:

- A) Assistência Social
- B) Conselho Tutelar
- C) Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
- D) Ministério Público
- E) Justiça da Infância e Juventude

32- Consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo educacional e financeiro:

- A) acolhimento institucional
- B) acolhimento familiar
- C) apadrinhamento
- D) serviço de convivência e fortalecimento de vínculos
- E) serviço de proteção especial para crianças e adolescentes

33- Sobre o direito a profissionalização: A formação técnica profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I- Garantia de Acesso e Frequência obrigatória ao ensino regular
- II- Atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente
- III- Horário especial para o exercício das atividades
- IV- Remuneração pelo piso salarial da categoria

- A) I e II estão corretas.
- B) I e III estão corretas
- C) II e IV estão corretas
- D) II e III estão corretas
- E) I, II e III estão corretas

34- Ana Célia deverá ser colocada em família substituta. Esse procedimento, de acordo com o ECA:

- A) far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção

- B) não poderá ser colocada em família incompatível com a natureza da medida ou com ambiente familiar inadequado
- C) se for família estrangeira, só na modalidade de adoção
- D) todas as alternativas estão corretas
- E) nenhuma alternativa está correta

35- De acordo com o artigo 95, do ECA, a fiscalização das entidades de atendimento será realizada pelo:

- A) Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar
- B) Conselho Estadual de Direitos
- C) Conselho Municipal de Direitos e Ministério Público
- D) Judiciário e Conselho Estadual de Direitos
- E) fiscal do trabalho em parceria com o CMDCA

36- As medidas específicas de proteção, listadas no artigo 101 do ECA, com exceção da colocação em família substituta, podem ser aplicadas:

- A) pelos Conselhos de Direitos, destinadas somente a adolescentes em situação de risco social e de grave ameaça
- B) pelo Ministério Público, destinadas somente a adolescentes que tenham comprovadamente praticado ato infracional
- C) pelos Conselhos Tutelares, sempre que os direitos de crianças e adolescentes forem ameaçados ou violados
- D) somente pelo Juizado da Infância e da Juventude, em caso de ato infracional atribuído a criança ou adolescente
- E) por qualquer autoridade pública municipal, em sua jurisdição, sempre que houver uma solicitação de pais ou responsável por criança ou adolescente

37- De acordo com o ECA, no artigo 93, estabelece que: “As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter _____ e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até _____ ao _____, sob pena de responsabilidade”. Indique a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- A) excepcional, 12 (doze) dias úteis, Juiz da Infância e da Juventude.
- B) decisivo, 24 (vinte e quatro) horas, Conselho Tutelar.
- C) excepcional, 24 (vinte e quatro) horas, Juiz da Infância e da Juventude.
- D) definitivo, 48 (quarenta e oito) horas, Conselho Tutelar.
- E) alternativo, 48 (quarenta e oito) horas, Ministério Público.

38- No ECA , consagra-se a Doutrina:

- A) do menor em situação irregular.
- B) do amparo ao adolescente em conflito com a lei.
- C) da proteção integral.
- D) dos crimes contra a criança e adolescentes.
- E) da proteção contra o tráfico de crianças.

39- O Conselho Tutelar tem a função precípua de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, tendo como uma de suas atribuições aplicar:

- A) medida socioeducativa
- B) medida de colocação em família substituta
- C) medida de internação
- D) medidas de proteção
- E) medida de adoção, guarda e tutela

